

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Brasil Class.: 51
 Data: 18/07/90 Pg.: 05

Funai negocia usina em terra dos nambikwaras

BRASÍLIA — Apesar da Constituição brasileira, em seu Artigo 176, parágrafo 1º, estabelecer que a exploração dos recursos hídricos em terras indígenas só pode ser feita mediante aprovação prévia do Poder Legislativo, a Fundação Nacional do Índio (Funai) está negociando com a empresa Goes-Cohabita S.A. os termos do contrato para a construção de uma pequena central hidrelétrica privada na reserva indígena Nambikwara, no Mato Grosso, divisa com o estado de Rondônia. O superintendente da Funai em Cuiabá, coronel José Silvério da Silva, afirma que a Funai apoiará a construção da usina “desde que os índios nambikwaras aceitem”.

Ontem, onze índios nambikwaras foram trazidos a Brasília para discutir o problema com o presidente da Funai, coronel Airton Alcântara. A Funai apóia a construção da hidrelétrica desde o ano passado. O ex-presidente da fundação, Iris Pedro de Oliveira chegou a participar

de uma reunião com o prefeito de Vilhena, em Rondônia, para onde será destinada a energia produzida pela usina, e solicitou o nome dos funcionários da Funai contrários à execução da obra. O prefeito Lorival Buttann denunciou três funcionários, colocados em disponibilidade.

O acordo proposto pela Eletrogoes, subsidiária da Goes-Cohabita, prevê o pagamento mensal de Cr\$ 85.418,00, por 33 anos, reajustados conforme a variação do BTN, para cada uma das três comunidades indígenas atingidas pelo lago da usina. Os nambikawaras receberiam ainda um veículo Toyota e Cr\$ 200 mil. Vários dos nambikwaras que estão em Brasília são os mesmos que, em novembro do ano passado, entraram com representação na Procuradoria-Geral da República, solicitando que fossem interrompidos os estudos preliminares para a execução da usina.